

A PESQUISA PARTICIPATIVA E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Julio Roberto Pinto Ferreira da Costa¹, Elaine Cristina Cardoso Fidalgo², Nara Nubia de Moura³

¹Sociólogo, Mestre, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – Embrapa Solos (julio@cnps.embrapa.br); ²Engenheira Agrônoma, Doutora, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – Embrapa Solos (efidalgo@cnps.embrapa.br); ³Engenheira Florestal, Mestre, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – Embrapa Solos (nanarubia@hotmail.com)

RESUMO: Este trabalho procura mostrar a importância da pesquisa participativa dentro do desenvolvimento local e comunitário, por meio do respeito à cultura local e aos valores da pessoa do produtor. Tais valores são considerados como elementos de estruturação da vida comunitária e da cultura. Os processos de pesquisa e extensão devem, em uma abordagem participativa, inserir a inovação tecnológica como uma contribuição para a cultura comunitária, trazendo novos elementos à interação social, contribuindo para o fortalecimento da sociabilidade cooperativa, e dessa forma somando esforços para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Palavras-chave: pesquisa participativa, desenvolvimento comunitário, empoderamento.

1. INTRODUÇÃO

As abordagens participativas vêm ganhando terreno dentro da pesquisa e extensão agropecuária, e por fortes motivos. Procura-se atualmente ir ao encontro da pessoa do produtor rural, o que implica considerá-lo não apenas enquanto um agente econômico, que pode produzir de forma melhor ou pior conforme aprenda as inovações tecnológicas ou não. A partir de uma visão mais abrangente do que seja inovação tecnológica, e sua compreensão enquanto um processo, percebe-se que esse processo apenas se completa quando o usuário/beneficiário realmente se apropria da tecnologia em sua vida cotidiana, e ela se traduz como fator de melhoria da qualidade de vida. Se esse processo não chegar a esse termo, a pesquisa ou a extensão, ou ambas, foram falhas. Como resultante dessa visão de processo, torna-se necessário um novo paradigma de intervenção. Nesse novo paradigma, considera-se que a efetividade das atividades de pesquisa e extensão engloba todos os fatores que configuram, de forma sistêmica, o cenário onde ocorrem, adotando-se portanto uma configuração multidisciplinar e multi-atores. Dessa forma, englobam-se pesquisadores, extensionistas, universidades, técnicos rurais, produtores, sindicatos, cooperativas etc.

Dentro do quadro teórico de uma abordagem mais completa, deve-se ponderar que as tecnologias e processos gerados ou adaptados na pesquisa agropecuária, e difundidos pela extensão rural, podem trazer grandes modificações para o cotidiano dos produtores. Tais modificações são supostas de, além de melhorar a produtividade, melhorar a qualidade de vida do produtor, e ser devidamente interiorizadas em seu cotidiano. Entende-se que, para isso, elas não devam ter um caráter invasivo. A questão é que o produtor já possui uma rotina e uma tradição que, de forma mais ou menos efetiva, tem garantido sua sobrevivência. Intervir nessa rotina significa trazer alguma perturbação para a vida cotidiana da pessoa do produtor. Por isso, as abordagens participativas têm sido as mais eficazes para a conquista da confiança dos atores locais junto aos técnicos da pesquisa e extensão. A partir de que as novas tecnologias apresentem seus resultados positivos, pode-se esperar um efeito multiplicador espontâneo dentro dos processos sociais rurais – ou seja, outros produtores poderão espontaneamente adotar a inovação, melhorar sua produtividade e sua qualidade de vida, bem como manter o novo estado de coisas, e nesse ponto pode-se dizer que o processo de inovação tecnológica foi completado com êxito.

Neste artigo, procura-se observar os fundamentos e as perspectivas destas novas forças resultantes da abordagem participativa, colocadas em movimento.

2. A PESQUISA PARTICIPATIVA E OS PROCESSOS SOCIAIS RURAIS

Quando se consideram os processos sociais, fala-se da pessoa ou grupo como *ator social*. Essa denominação existe porque é o ator social que executa a *ação social*, ou seja, *que age socialmente*. A característica própria desse agir é levar em consideração o comportamento do *outro ou outros*, não apenas em relação ao que estão fazendo hoje, mas ao que fizeram no passado e do que espera-se que façam no futuro.

Portanto, o *ser humano em coletividade* é um fator novo, para além da simples soma dos indivíduos e grupos. E é um fator novo igualmente para a pesquisa e extensão agropecuárias, na medida em que a abordagem participativa necessita da visão sistêmica.

Essas considerações estão distantes do paradigma reducionista de intervenções não-participativas. Suas posições são claramente humanistas, justamente porque levando-se em conta o *ser humano em relação*, as interações concernentes às atividades de pesquisa e extensão tornam-se mais compreensíveis, e a partir daí, a construção participativa do conhecimento entre os técnicos e as populações rurais se torna mais produtiva. Paulo Freire, entre outros, longe de qualquer utopia, instaurou esse humanismo como um ato pró-ativo de intervenção na realidade, que é científico pelo seu caráter crítico, chegando a denominá-lo de “um otimismo com esperança crítica”:

“Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isso, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais.” (FREIRE, 2001, p. 74).

Esse “ser mais”, ao qual voltaremos mais adiante, se relaciona com a questão do *empoderamento* das comunidades, que é visto como necessário para que a inovação tecnológica agropecuária seja incorporada ao cotidiano dos produtores rurais.

O empoderamento é conceituado como um maior controle do indivíduo ou da população sobre suas próprias vidas, principalmente em relação a situações de opressão social:

“Na sua definição mais geral, empoderamento é definido como “um processo pelo qual indivíduos, comunidades e organizações obtém controle sobre suas vidas” (Rappaport apud Minkler, 1992:303). Vasconcelos (2001) define empoderamento como “o aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social.” (2001: 5). Vários autores que trabalham com o empoderamento se referem a ele como a habilidade de pessoas conseguirem um entendimento e um controle sobre suas forças pessoais, sociais, econômicas e políticas, para poderem agir de modo a melhorar sua situação de vida (Wallerstein, 1994; Airhihenbuwa, 1994; Bernstein, 1994; Labonte, 1994; Thursz, 1993).” (TEIXEIRA, 2002).

As ações de empoderamento trazem à tona questões de cidadania, de afirmação dos próprios valores, de sociabilidade cooperativa, e de auto-estima das comunidades. Todos esses fatores não decorrem de um voluntarismo gratuito e paternalista de “intelectuais utópicos”, pelo contrário, são vivenciados pelos pesquisadores e extensionistas de forma cada vez mais essencial dentro de sua interação com as populações locais. Em contraste, pode-se observar os efeitos claramente deletérios da forma como as populações rurais, já materialmente carentes, foram tratadas ao longo da história do meio rural brasileiro.

3. A SITUAÇÃO DE “DESEMPODERAMENTO” E SEU ASPECTO EXCLUDENTE: O CASO DOS ÍNDIOS DA ETNIA PATAXÓ NO SUL DA BAHIA

Como exemplo dos processos sociais rurais geradores de exclusão, podemos citar o histórico recente da região denominada de “Costa do Descobrimento”, no sul da Bahia, que foi objeto de uma pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (COSTA, 2003). Em relação ao aspecto social, foram entrevistados diversos atores locais, como agricultores de pequeno e médio porte, assentados da reforma agrária, associações de produtores, membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, técnicos das prefeituras das cidades de Prado e Itamaraju, e membros de ONGs que atuam no local.

Obteve-se, por meio dos depoimentos, diversos relatos da história da região, que foram posteriormente confirmados por meio de revisão bibliográfica. Discorre-se aqui sobre os aspectos mais relevantes de sua história recente.

A região experimentou, nas décadas de 40 e 50 do século XX, um incentivo governamental à exploração madeireira. Com a abertura de novas estradas, somou-se o antigo acesso via rio com o acesso via estrada, propiciando grande pressão migratória das populações dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Nesse contexto, as etnias indígenas (predominantemente os Pataxó) que ali viviam eram consideradas um empecilho para as ações de desenvolvimento. Em 1951, houve um grande conflito entre índios e grandes fazendeiros, sendo chamadas forças policiais do estado da Bahia que reprimiram violentamente os índios:

“Na localidade Pataxó Barra Velha, um episódio deixou marcas profundas no plano individual e coletivo na sociedade Pataxó, quando em 1951, tem seu território invadido por tropas policiais, que cometem atrocidades incendiando as casas e promovendo espancamentos e prisões de várias pessoas Pataxó. Obrigados a afastar-se do seu território, os Pataxó espalharam-se por várias localidades no sul do estado.”(SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - GOVERNO DA BAHIA, 2007).

O trauma gerado na sociedade indígena por essa ação foi de tal grandeza que a maior parte, a partir desse momento, negou sua identidade enquanto índio, procurando constituir família com outros que não fossem índios, ocorrendo grande miscigenação. Dessa forma, muitos pequenos produtores que dizem não ser índios, em domicílios espalhados pela região em torno da área da reserva do Monte Pascoal são, na realidade, índios, ou com herança indígena predominante, embora neguem essa identidade.

Na continuidade dos eventos, se caracterizou um processo de destruição progressiva dos valores e aspirações da população local. Na década de 70 abriu-se a BR-101, e o governo do estado da Bahia incentivou a atividade das serrarias. Porém, a exploração madeireira não favoreceu a população local. Na atividade de corte das árvores e nas serrarias os empregos eram de baixa renda, alta periculosidade, e a mão-de-obra era informal, sem registro em carteira e, assim, sem direitos trabalhistas. Essa indústria promoveu grande concentração fundiária, que prejudicou os pequenos produtores naturais da região, que possuíam poucos recursos.

Além do emprego em condições precárias, não havia beneficiamento local da madeira, que pudesse favorecer o aumento da oferta de empregos mais especializados – e mais bem remunerados – na região. Como a exploração foi predatória, o que antes era Mata Atlântica se tornou em pasto. Da mata em si sobraram unidades de conservação e remanescentes tipo capoeira. Pelo lado social, ficaram os pequenos posseiros e índios (pataxós), tendo de disputar entre si as poucas áreas produtivas, e assim gerando conflitos.

As áreas que se mantiveram próprias para cultivo foram griladas. Os pequenos posseiros e índios que ali viviam foram expulsos da terra onde estavam habituados a viver, e que assim consideravam como sendo sua terra. Expulsos, não tinham mais local produtivo onde ir, indo se concentrar na faixa costeira, de pouca fertilidade, onde enfrentaram situações

de subnutrição e fome. Nessas condições, iam ao Parque Nacional do Monte Pascoal à noite para obter condições de sobrevivência via extrativismo, mas eram repetidamente expulsos e acusados de provocar desmatamento. Essas ações tinham repercussão negativa na imprensa e na opinião pública, pois estas não compreendiam as razões dos índios:

“É incompreensível para os Pataxó que todos os seus antigos vizinhos tenham enriquecido impunemente com a devastação das matas ao redor do Parque Nacional e que apenas eles, privados do devido uso do seu tradicional território, aquele que foi explorado e conservado por seus pais e avós até 1961, sejam hoje execrados como “inimigos da natureza”.” (SAMPAIO, 2000).

Dessa forma, os povos da região (principalmente índios e caboclos), em meio a essas transformações, se consideraram invadidos. Foi relatado que, provavelmente como efeito da exploração turística, eles desenvolveram um sentimento de pesar e inferioridade frente às pessoas que se deslocavam para a Costa do Descobrimento em viagens de férias. Em diversos momentos da pesquisa efetuada pela equipe da Embrapa, os entrevistados relataram o sentimento de inferiorização dos pequenos produtores, e principalmente quando esses pequenos produtores são índios ou caboclos em cultivos de subsistência.

Igualmente, relata-se que houve generalizada elevação dos preços devido ao poder aquisitivo maior dos turistas, prejudicando ainda mais a população local. Diversos entrevistados afirmaram ser fortemente contrários ao turismo, pois, segundo eles, este estimularia mazelas sociais como a prostituição e a presença de drogas.

Citando-se este caso como ilustrativo do paradigma de “desenvolvimento” que era então preponderante, é concebível supor que diversas intervenções similares tenham acontecido ao longo do território brasileiro.

4. O CONCEITO DE “SER MAIS” DA PESSOA HUMANA FRENTE AOS CENÁRIOS DE DOMINAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Para se pensar a abordagem participativa, deve-se em conjunto pensar o desenvolvimento comunitário em sintonia com a inovação tecnológica, em um tipo de intervenção que faça uma ruptura com processos de dominação como o da Costa do Descobrimento, onde pode-se afirmar que não houve qualquer espécie de desenvolvimento: pelo contrário, os efeitos foram deletérios tanto em termos sociais, quanto ambientais e econômicos.

O paradigma de desenvolvimento comunitário que se faz necessário, no que está relacionado à *interação humana*, depende diretamente da construção do ambiente cultural dos valores, visões de mundo e comportamentos compartilhados:

“As consciências individuais, associando-se de uma maneira estável, geram, devido às relações de troca entre elas, uma nova vida, muito diferente daquela de que elas seriam o teatro se tivessem permanecido isoladas umas das outras: é a vida social. As instituições e as crenças religiosas, as instituições políticas, jurídicas, morais, econômicas, numa palavra, tudo o que constitui a civilização, não existiriam se não houvesse sociedade.” (DURKHEIM, 1975, p. 131).

Considera-se que, no universo das relações sociais, se quer sempre o mais e o melhor, em prol da superação do que seria a fragilidade básica da pessoa isolada, e da ameaça das estruturas sociais excludentes. Frente a essas ameaças, o ser humano possui então um direcionamento de *ser mais* em seu meio social. Pode-se conceber que o ator social sempre está em busca do crescimento da sua capacidade de interação. Ele precisa se viabilizar continuamente enquanto um ser de relações, que busca identidade e pertencimento dentro dos grupos. Em relação a esse processo de construção contínua, podemos buscar grande esclarecimento na obra de Paulo Freire, onde encontramos o termo “ser mais”, como significando a viabilização contínua e progressiva da pessoa e de seus grupos sociais,

viabilização essa integrada às demandas e desafios do meio, que se conjuga harmoniosamente com o objetivo da interação social consciente da pesquisa participativa:

“A educação, portanto, implica em uma busca realizada por um sujeito que é o homem. (...) Por outro lado, a busca deve ser algo e deve traduzir-se em ser mais: é uma busca permanente de “si-mesmo” (...) Sem dúvida, ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em um ter mais, que é uma forma de ser menos. Esta busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras consciências (...).” (FREIRE, 1984, p. 28).

Paulo Freire coloca com bastante precisão a questão do empoderamento e do “desempoderamento”, dentro de relações sociais de opressão:

“Por isto mesmo é que, qualquer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta. Não importam os meios usados para esta proibição. Fazê-los objetos é aliená-los de suas decisões, que são transferidas a outro ou outros.

*“Este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao **ser mais**, à humanização dos homens. E esta (...) é sua vocação histórica, contra-ditada pela desumanização (...).*

*“Esta busca do **ser mais**, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos.” (FREIRE, 2006, p. 86).*

A partir do caso dos índios Pataxó, e da bibliografia referente ao tema, pode-se perceber que diversas ações de exploração econômica não levaram em conta o desenvolvimento local, e que esse tem sido o cenário mais típico no meio rural brasileiro. A difusão da inovação frequentemente foi feita de uma forma que podemos considerar como invasiva, por não considerar como dignos de respeito e atenção os dados da cultura das populações locais, e assim tendo forte efeito desestruturador:

“As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de pouca oportunidade e nenhuma qualidade de vida.” (MARTINS, 2001).

Em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, publicado originalmente no Chile em 1969, Paulo Freire abordava o que pode-se considerar a “invisibilidade” das aspirações locais frente à urgência de projetos de desenvolvimento que se impõe unilateralmente a partir do exterior:

“Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação. Em grande parte inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer.” (FREIRE, 2001, p. 48-49).

5. O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA COMUNITÁRIA COMO FATOR DE EMPODERAMENTO E CIDADANIA

Os novos paradigmas adotados pela pesquisa e extensão, na medida em que inserem a abordagem participativa, vão ao encontro da pessoa do produtor rural, de modo a realizar uma intervenção que não seja invasiva, e respeite os valores da comunidade da qual o produtor faz parte.

Discorrendo-se acerca das relações com os valores, aborda-se a cultura da comunidade. Ao se abordar a cultura, necessita-se de uma definição sucinta, que possa servir de ferramenta para uma compreensão relativa à cultura nos processos sociais rurais. De uma forma geral, pode-se considerar que *cultura* é a experiência simbólica compartilhada que constitui o indivíduo e grupos de indivíduos enquanto agentes sociais, capacitando-os para a aprendizagem de normas, papéis, valores, e a interação eficaz com outros agentes sociais. Em termos básicos, a necessidade da cultura passa pela fragilidade da pessoa humana isolada. Essa fragilidade vai implicar na necessidade de relacionamento com outros seres humanos e no compartilhamento dos valores que possibilitam essa união.

5.1. O PATRIMÔNIO INTANGÍVEL

Deve-se compreender que os conteúdos culturais existem em resposta a diversas necessidades, e constituem um patrimônio intangível. Por *patrimônio intangível* queremos significar o aspecto simbólico – porém real e eficaz – de seus valores, de seu senso de identidade, de pertencimento, de sentido, de representações, os quais se fazem presentes na interação social do indivíduo, contribuindo para a sua produção de riquezas. Esses aspectos possuem valor para o ator social, mesmo que estejam distantes de sua verbalização mais imediata acerca das características de seu mundo. Esse patrimônio é herdado via tradição, adapta-se ao momento histórico, e é atuado com resultados efetivos pelo ator social em sua prática diária. Ele faz parte da cultura comunitária.

Dada a importância do patrimônio intangível que reside dentro da simbologia própria de sua comunidade, a cultura do produtor rural não deve ser considerada como um vestígio anacrônico da tradição, mas possui um grande valor prático por ser o modo de se entender e de se relacionar com o mundo de sua experiência cotidiana.

5.2. O MUNDO DE VIVÊNCIA E AS RELAÇÕES FACE A FACE

O mundo da experiência comum, a que o agricultor está familiarizado, pode ser compreendido como o seu mundo de vivência. O *mundo de vivência*, ou *mundo da vida*, seria, conforme a fenomenologia, aquele mundo que é imediatamente familiar à pessoa, anterior à qualquer sistematização intelectual, onde o agricultor, enquanto pessoa, atua em relações cujo sentido lhe é bem conhecido; em outros termos, é “aquilo que se aceita, que se toma como dado, como pressuposto, constituindo nossa experiência cotidiana. Trata-se do real em seu sentido pré-teórico, pré-reflexivo.” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001, p. 190).

Para a construção do mundo de vivência existe uma etapa anterior, que contempla a interação imediata entre os atores sociais, e tudo que se desdobra a partir dessa interação. Essa interação fundamental é a relação face a face. No dizer de Peter Berger e Thomas Luckmann:

“Na situação face a face o outro é apreendido por mim num vívido presente compartilhado por nós dois. Sei que no mesmo vívido presente sou apreendido por ele. Meu “aqui e agora” e o dele colidem continuamente um com o outro enquanto dura a situação face a face. Como resultado, há um intercâmbio contínuo entre a minha expressividade e a dele.” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 47)

Essa interação básica se desdobra, segundo os mesmos autores, nas etapas de tipificação, institucionalização e legitimação. A tipificação é a compreensibilidade do outro ator social fundamentada no comportamento observável que se percebe como típico, o que poderia ser dito como “é assim que ele (ou eles) costumam fazer as coisas”. Esse é um primeiro fundamento, ainda que frágil, da compreensibilidade mútua. A tipificação de um ator A em relação a um ator B será enriquecida pela tipificação do ator B em relação ao ator A, e a tipificação que um ator C, observando o comportamento de A e B, fará em relação a eles. A partir daí teremos os comportamentos mutuamente esperados, que iniciam a institucionalização, na esteira de percepções como “é assim que as coisas são”, “é assim que

nós somos”, “é assim que eles são” etc. Na fase de legitimação, atribui-se todo o processo de construção dessa compreensibilidade mútua à uma instância superior ou anterior ao próprio desenvolvimento das relações sociais, como por exemplo: “é assim que é a natureza das coisas”, “é assim que o mundo funciona”, “é assim porque os deuses quiseram” etc.

Embora esse esquema seja altamente simplificado, podemos por meio dele entender a fundamentação da compreensibilidade mútua, que reveste os acontecimentos sociais da vida cotidiana de uma familiaridade básica. Vejamos novamente Berger e Luckmann:

“A realidade da vida quotidiana é admitida como sendo a realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. Sei que é real. Embora seja capaz de empenhar-me em dúvida a respeito da realidade dela, sou obrigado a suspender essa dúvida ao existir rotineiramente na vida quotidiana. Esta suspensão da dúvida é tão firme que para abandoná-la, como poderia desejar fazer por exemplo na contemplação teórica ou religiosa, tenho de realizar uma extrema transição.” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 41).

Deve-se evitar considerar a vida quotidiana ou o mundo de vivência como “artificiais” ou “falsos”. Eles devem ser entendidos como construções sociais onde os atores geram uma troca de percepções da vida em sociedade. A compreensibilidade mútua fundamenta e reforça as relações face a face, em uma constante recriação do mundo social. Em seu desenvolvimento, esse cenário dinâmico possibilita que os indivíduos possam se relacionar significativamente entre si, com os demais atores sociais e com o meio, desempenhando um importante papel nos processos de socialização, transmissão do conhecimento e dos conteúdos da cultura comunitária.

Sabe-se que a abordagem participativa, para ser eficaz, deve respeitar o mundo de vivência do agricultor, evitando ser invasiva. O processo de pesquisa, como interação social consciente, deve somar valores à sua vida quotidiana, sem desqualificar essa vida quotidiana, ou desqualificar os valores que o agricultor já possui. Deve-se entender que os valores se fazem presentes por uma orientação bastante prática: aquilo que melhora a qualidade de vida é valorizado, seja uma tecnologia, seja uma simbologia cultural.

Com base nessas considerações, pode-se dizer que o desenvolvimento do produtor, enquanto agente social plenamente viável na sua capacidade de *interação humana*, depende diretamente do respeito aos valores de sua cultura, de seu mundo de vivência e dos comportamentos compartilhados por sua família, seu grupo e sua tradição.

5.3. AS RELAÇÕES COM OS VALORES E A SUBJETIVIDADE DO ATOR SOCIAL

Ao se mencionar o respeito aos valores culturais, deve estar claro que o exercício da ciência é alheio ao estabelecimento de juízos de valor, porém, o sociólogo Max Weber ressaltou que, embora os valores sejam uma escolha do sujeito fundamentada em seu foro íntimo, as *relações com os valores* são um fato social, e assim podem ser compreendidas a partir do que os diversos atores e grupos sociais consideram como importante, urgente, pertinente etc., dentro das relações sociais que estabelecem entre si.

Frente à questão do respeito pela pessoa do agricultor, que precisa ser levada em conta nas abordagens participativas, tem-se a questão da subjetividade desses atores sociais. Muitas vezes a subjetividade é simplesmente considerada como não sendo do alcance da ciência, e o agir que leva em conta a subjetividade é descartado. Porém, a subjetividade se manifesta no comportamento observável em relação aos processos sociais; considerar a subjetividade dentro do escopo da pesquisa significa simplesmente aceitar como um dado da realidade as relações com os valores que os grupos e indivíduos manifestam na vida social. Pode-se abordá-la de modo muito produtivo no escopo das tomadas de posição dos atores.

A *tomada de posição* decorre da própria existência do ator, seja indivíduo ou grupo, e do fato de que ele precisa fazer considerações daquilo que é preferível em sua interação social, com base nas relações com os valores estabelecidas em sua comunidade. Em relação à tomada de posição, podemos citar a seguinte passagem de Weber:

*“A premissa transcendental de qualquer **ciência da cultura** reside, não no fato de considerarmos **valiosa** uma “**cultura**” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos **homens** de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma **posição** consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um **sentido**. Qualquer que seja esse sentido, influirá para que, no decurso de nossa vida, extraiamos dele nossas avaliações de determinados fenômenos da convivência humana e assumamos perante eles, considerados **significativos**, uma **posição** (positiva ou negativa). Qualquer que seja o núcleo dessa tomada de posição, estes fenômenos possuem para nós uma **significação cultural**, que constitui a base única de seu interesse científico.”* (WEBER citado por COHN, 1982, p. 97).

Deve-se compreender que Max Weber evitou adentrar o terreno da filosofia, onde ele teria de lidar com o problema do “ser” do fenômeno humano, construindo uma antropologia filosófica. De modo bastante operacional, o conceito de *tomada de posição* considera que o agente social *assume uma posição consciente face ao mundo, e lhe confere um sentido com o qual orienta a sua ação*. Essa abordagem valoriza a interação em seus aspectos de um convívio cotidiano com os outros e com a natureza, e onde a pessoa pode incrementar a sua interação em comunidade, rumo à sua construção contínua como agente social.

O fato de o saber científico ser alheio ao juízo de valor não invalida a pesquisa das relações com os valores, as quais estão orientando as tomadas de posição dos atores sociais. Pode-se compreender o comportamento social, principalmente nos pequenos grupos, interpretando-os em sua relação com os valores a que os atores sociais atribuem maior significação. Estes valores normalmente estão associados à sua segurança em seu mundo de vivência, tanto em uma base individual como coletiva – manter a si, à sua família, e seus grupos de interesse e convívio com as necessidades satisfeitas, tanto a curto prazo quanto dentro de uma visão de futuro.

Adotando uma atitude de respeito à pessoa do produtor rural, a pesquisa participativa procura compreendê-lo tal como ele se apresenta, sem qualquer intervenção invasiva, sem qualquer idéia pré-concebida que se possa ter acerca do produtor e de como ele supostamente deveria se comportar. Especificamente, compreende-se que esse produtor possui um patrimônio intangível no bojo de sua cultura, com o qual deve-se saber lidar para a interação social consciente que é a própria pesquisa.

No ambiente das interações humanas, atua-se de forma a potencializar e incrementar as possibilidades de superação de todos os elementos que poderiam levar ao “ser menos”, em prol da superação da fragilidade básica da pessoa isolada, e igualmente contra as estruturas sociais que a fragilizam e excluem. Frente a essas ameaças, o ser humano possui então a tomada de posição rumo ao *ser mais* em seu meio social, a partir de seu mundo de vivência.

Esse enriquecimento dos valores da pessoa e da interação humana construtiva se traduzirá em uma *capitalização intangível* de todos os seus atributos como agente social, que poderá interagir com os outros de forma cada vez mais participante, democrática e cidadã, em um projeto de *ser mais* coletivo que prossegue indefinidamente.

Essa capitalização intangível pode ser entendida como resultante de um direcionamento de ações práticas que fornece cidadania ao produtor, e conseqüentemente favorece sua auto-estima, sendo o contrário do “ser menos”, que é ligado à angústia das diversas formas de perda, que não são apenas perdas materiais, mas perdas de valores de convívio com outros seres humanos, relacionadas ao patrimônio intangível que faz parte dos aspectos culturais. Esse direcionamento de *ser mais* retira o receio de descapitalização subjetiva do produtor, ou seja, a perda de suas “riquezas interiores”, de seus valores, de sua

identidade, de sua tradição, e portanto de sua capacidade interior de união e pertencimento, que sob esse ponto de vista afigura-se, sem dúvida, como um patrimônio.

Estes elementos, vistos como diversas formas de *apoio à pessoa* (ser mais), desde o retorno financeiro que ela recebe até as manifestações de amizade de seus pares, desde o material até o emocional, tem como lugar de expressão o símbolo, que é uma coisa humana, convencionalmente socialmente, mas que não deixa de ser legítima e eficaz para a pessoa:

“É na cultura que o homem pode apoiar-se e deste modo firmar-se para enfrentar a angústia que lhe causa sua finitude (...) O homem, engrenado em um ambiente simbólico, permanentemente respira através das histórias, canções, ritos e crenças que o seu meio cultural lhe provê.” (HERNÁNDEZ, 1986, p. 47-48).

Com base nessas considerações, podemos dizer que a desestruturação da cultura seria fator de uma desorientação e anomia, quando os agentes sociais perderiam a simbologia de manutenção da auto-estima com que enriqueciam sua identidade por meio das dinâmicas sociais legítimas do direcionamento de *ser mais*, o qual seria possibilitado com o apoio proveniente dos outros seres humanos dentro da interação em comunidade. Portanto, é necessário que a intervenção junto a quaisquer comunidades seja estruturante, construtiva em relação à identidade, ao sentido de pertencimento, aos valores, à sociabilidade cooperativa, e assim será sempre que a intervenção respeitar a pessoa do produtor, de modo que a inovação seja um fator de soma ao seu patrimônio intangível, fornecendo suporte à capacidade de *ser mais* do agricultor, de sua família e de sua comunidade.

6. A SUPERAÇÃO DOS ASPECTOS INVASIVOS: A HUMANIZAÇÃO DA PESQUISA

Os conceitos apresentados afirmam, por diversos pontos de vista, a necessidade de se respeitar o produtor, de forma a realizar uma intervenção que resguarde seus aspectos enquanto pessoa, ou seja, de *sujeito* que possui seus valores, tomadas de posição, perspectivas – que se configuram em um patrimônio intangível – e seu potencial de ser um agente ativo em sua construção contínua como sujeito e ator social eficaz e independente dentro de sua atividade agropecuária. Esse cenário desejável implica em um novo posicionamento dos pesquisadores e extensionistas, rumo a um contexto pedagógico de dialogicidade, participação e troca cultural que é condizente com as mudanças necessárias:

“O agrônomo não pode, em termos concretos, reduzir o seu quefazer a esta neutralidade inexistente: a do técnico que estivesse isolado do universo mais amplo em que se encontra como homem.

Assim é que, desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, seu trabalho assume este aspecto amplo em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma.

Esta indiscutível responsabilidade do agrônomo, que o situa como um verdadeiro educador, faz com que ele seja um (entre outros) dos agentes da mudança.

*Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um **estar diante**, ou a um **estar sobre**, ou a um **estar para** os camponeses, pois que deve ser um **estar com** eles, como sujeitos da mudança também.”* (FREIRE, 2001, p. 56).

CONCLUSÕES

O processo de pesquisa participativa apresenta particularidades muitas vezes pouco consideradas, principalmente nos aspectos da cultura comunitária, domínio do simbólico e do intangível. Deve-se ponderar que tais aspectos não costumam ser completamente ignorados, mas é viável se afirmar que deveriam ser vistos em maior profundidade. Nesse sentido

colocou-se neste estudo os conceitos de mundo de vivência, patrimônio intangível, “ser mais” e outros. Procurou-se ressaltar que justamente nos aspectos que poderiam ser considerados por demais sutis existem fortes relações causais e conseqüentemente grande potencial explicativo, e que tais elementos devem ser levados em consideração. Pode-se conceber que os formuladores de políticas públicas na área rural, bem como os agentes sociais das atividades de pesquisa e extensão, poderiam obter melhoras consideráveis em sua prática de pesquisa e transferência de tecnologia levando em conta os fatores abordados neste artigo.

Por outro lado, este trabalho também nos remete à questão da multidisciplinaridade na teoria e prática da abordagem participativa. Não se pretende exigir que os agrônomos e extensionistas sejam também sociólogos ou pedagogos. Certamente que, mesmo se valorizando uma abordagem generalista por parte de todos, diversos profissionais das áreas de ciências humanas podem e devem oferecer a sua contribuição. A multidisciplinaridade chega a ser necessária pelo fato de que o produtor rural não se reduz a nenhuma categoria única de compreensão da realidade – ele é produtor, mas também é pai de família, pertencente a uma associação, filiado a uma igreja, componente de um grupo de interesse, parte de um grupo de amigos etc. Conforme a concepção de Max Weber, o real propõe perguntas que cabe à ciência responder, mas o real não se esgota, sempre propondo novas questões. O conhecimento é sempre renovado, e as questões sempre desafiantes. Sempre haverá mais o que se dizer sobre o agricultor e sua interação com a pesquisa, portanto cabe aos profissionais de pesquisa e extensão a tarefa do estudo com conceitos sempre mais precisos e práticas mais efetivas, com toda a sinergia de saberes que as ciências exatas e humanas podem oferecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, P. L. e LUCKMANN T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. 248 p.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. GOVERNO DA BAHIA: **Educação escolar indígena – povos indígenas na Bahia**. Disponível em: <www.sec.ba.gov.br/ed_indigena/povosindigenasdabahia.htm> Acesso em: 25 junho 2007.
- COHN, G. (org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1982. 167 p.
- COSTA, J. R., ASSIS, D. S., MANZATTO, C. V. **Segurança alimentar e agricultura de base familiar na Costa do Descobrimento, Bahia: contingências e possibilidades**. Juiz de Fora: XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. 15 p.
- DURKHEIM, E. **A ciência social e a ação**. Lisboa, Portugal: Bertrand, 1975. 303 p.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1984, 8ª edição. 79 p.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2001, 11ª edição. 93 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, 44ª edição, 213p.
- HERNÁNDEZ, C. J. **O lugar do sagrado na terapia**. São Paulo: Nascente Livraria e Editora Ltda., 1986. 204 p.
- JAPIASSÚ, M. e MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 296 p.
- MARTINS, J. S. O Futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, DESENVOLVIMENTO RURAL, set./dez. 2001, p. 31-36.
- SAMPAIO, J. A . L. **Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal**. Brasília: XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: “Conflitos socioambientais e unidades de conservação”. 2000. Disponível em: <ftp.unb.br/pub/UNB/dan/F.3-22RBA/sessao2> Acesso em: 25 junho 2007.

TEIXEIRA, M. B. Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde.
[Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2002. 105 p.
Disponível em
<[http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00003402&lng=pt&nr
m=iso](http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00003402&lng=pt&nr
m=iso)> Acesso em: 25 junho 2007.